

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA GLOBAL:

CONTRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL POR MEIO DA LEI 13.935 PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

A presente pesquisa discute a inserção e as contribuições do assistente social na educação básica, especialmente a partir da promulgação da Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de ensino. O estudo analisa o papel do profissional do Serviço Social na promoção da educação para a cidadania global, tema emergente que busca formar sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e corresponsáveis pela transformação social.

A pesquisa, de natureza bibliográfica e exploratória, fundamenta-se em autores como Marilda Iamamoto (2006; 2016), Sarita Amaro (2011), além de documentos do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Federal de Psicologia (CFP) e publicações da UNESCO sobre Educação para a Cidadania Global (2015). A análise parte da constatação de que, embora a Lei 13.935 reconheça a relevância da atuação interdisciplinar nas escolas, as diretrizes práticas ainda são incipientes no que se refere à promoção da cidadania e dos direitos humanos como eixo estruturante das ações do assistente social.

1. A centralidade da cidadania global na educação

De acordo com a UNESCO (2015), educar para a cidadania global significa preparar o indivíduo para compreender as interdependências entre povos, culturas e nações, desenvolvendo valores como o respeito aos direitos humanos, a igualdade de gênero, a justiça social e a sustentabilidade ambiental. O cidadão global é aquele que pensa e age coletivamente, reconhecendo que suas ações locais têm impacto planetário. Nesse contexto, a escola pública é compreendida como espaço privilegiado de formação ética, política e social, onde o conhecimento deve promover autonomia e emancipação. No entanto, o cenário educacional brasileiro, marcado por desigualdades históricas, exige do assistente social um olhar crítico sobre as expressões da questão social que atravessam o cotidiano escolar — evasão, pobreza, discriminação, violência e exclusão.

2. A atuação do assistente social na escola e seus desafios

A pesquisa identificou que a efetivação da Lei 13.935 ainda encontra entraves: há número reduzido de profissionais, dificuldade de regulamentação local e escassez de recursos institucionais. Mesmo diante disso, a atuação do assistente social mostra-se estratégica para a mediação entre escola, família e comunidade, fortalecendo vínculos, ampliando o acesso a políticas públicas e promovendo condições de permanência escolar.

3. Contribuições e estratégias identificadas

Com base na revisão teórica e nas análises realizadas, foram elencadas **ações concretas e estratégias de atuação** do assistente social para fortalecer a educação cidadã:

1. **Criação de espaços democráticos de escuta e diálogo**, como assembleias estudantis, conselhos escolares e grupos focais com pais e professores;
2. **Desenvolvimento de projetos temáticos** sobre diversidade, direitos humanos, equidade de gênero e meio ambiente, com participação ativa dos estudantes;
3. **Elaboração de diagnóstico social escolar** para conhecer o território, as vulnerabilidades e potencialidades da comunidade;
4. **Articulação com a rede socioassistencial**, por meio de um catálogo de serviços e fluxogramas de encaminhamento que fortaleçam a interseccionalidade entre educação, saúde, assistência e cultura;
5. **Promoção de campanhas educativas** (combate ao bullying, valorização da vida, sustentabilidade), com protagonismo dos alunos;
6. **Multiplicação de saberes** através da formação de agentes comunitários e educacionais, ampliando o alcance das ações mesmo diante da limitação de profissionais;
7. **Parcerias com o segundo e terceiro setor**, visando à captação de recursos e execução de projetos sustentáveis.

Essas estratégias reafirmam o compromisso ético-político do Serviço Social com a defesa dos direitos humanos e com o fortalecimento das práticas democráticas nas escolas.

4. Resultados da pesquisa e contribuições práticas

Os resultados apontam que o assistente social é um agente de transformação capaz de ressignificar a função social da escola. Sua intervenção, quando articulada com o projeto educativo, contribui diretamente para a redução das desigualdades, a ampliação da participação social e a promoção da cultura de paz.

Verificou-se que o trabalho do assistente social na educação básica deve se pautar em três eixos:

1. **Acesso e permanência escolar** — combatendo a evasão e garantindo condições de estudo dignas;
2. **Formação cidadã e emancipatória** — estimulando o pensamento crítico e o protagonismo dos sujeitos;
3. **Gestão participativa e democrática** — envolvendo toda a comunidade escolar nos processos decisórios.

5. Conclusões e encaminhamentos

O estudo conclui que educar para a cidadania global é uma missão compartilhada por todos os profissionais da educação, mas que o assistente social possui papel singular nesse processo: o de empoderar indivíduos e coletividades, promovendo autonomia, senso crítico e engajamento social.

O desafio central está em romper com práticas fragmentadas e assistencialistas, para consolidar uma atuação interdisciplinar, participativa e emancipatória, onde a cidadania seja vivenciada e não apenas ensinada. Assim, a presença do assistente social na escola pública torna-se essencial para a construção de uma educação inclusiva, equitativa e transformadora — pilares da cidadania global.

Em síntese, a pesquisa reafirma que a educação para a cidadania global é um caminho possível e necessário para enfrentar as expressões da desigualdade e fortalecer a democracia. O assistente social, comprometido com os princípios do Código de Ética e com a defesa intransigente dos direitos humanos, é peça-chave nesse processo de mudança.

Luana Calixto de Carvalho

Luana.calixto@csa.g12.br

Associação Franciscana - Belo Horizonte/MG

Tel.: (31) 34695545



ASSOCIAÇÃO
FRANCISCANA

